

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

### **QUESTÃO 1**

Discorra sobre o Sistema Tributário Nacional, no contexto da Constituição Federal de 1988 (4 pontos), e especificamente sobre a competência tributária do Estado do Ceará (3 pontos), e a repartição de receitas tributárias (3 pontos)

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

### **QUESTÃO 2**

O Prefeito de determinado Município, verificando a carência de servidores da área jurídica, decidiu transferir todos os servidores públicos da carreira de Fiscal de Tributos que tivessem concluído graduação em Direito para uma carreira diferente, a de Advogado municipal.

Com a mudança de gestão, o novo Prefeito decidiu anular os atos que transferiram os servidores de carreira e, com isso, determinou o retorno dos servidores novamente à carreira de Fiscal de Tributos.

De posse de tais informações, responda os seguintes questionamentos:

1 Explique se assistiu razão ao novo Prefeito Municipal quando decidiu anular o ato de transferência de carreira dos servidores em questão.

2 Explique se a autoridade administrativa poderia adotar, de ofício, a iniciativa de anular o ato acima mencionado, ou seja, independentemente de provocação ou pedido de algum interessado.

3- Explique se a anulação do ato acima mencionado depende de manifestação prévia dos servidores que haviam sido beneficiados.

4 Responda se o ato que anulou a transferência de carreira estava submetido a algum prazo prescricional ou decadencial. E justifique sua resposta.

## **DIREITO CIVIL**

### **QUESTÃO 3**

“Diz-se *supressio* a situação do direito que, não tendo sido, em certas circunstâncias, exercido durante um determinado lapso de tempo, não possa mais sê-lo por, de outra forma, se contrariar a boa fé” (CORDEIRO, António Manuel da Rocha e Menezes, **Da boa fé no Direito Civil**. Coimbra: Almedina, 2013, p. 797).

Sobre o instituto da **supressio**:

I – discorra de forma breve, porém de modo consistente e juridicamente fundamentado, sobre os seguintes pontos:

a) natureza jurídica (enquadramento teórico no campo de estudos do Direito Civil) (valor: dois pontos);

b) estrutura conceitual (“o que é?”), função (“para que serve?”) e consequências jurídicas (valor: três pontos);

c) compatibilidade ou incompatibilidade com o instituto da prescrição (valor: três pontos).

II – indicar, ao menos, um exemplo (valor: dois pontos).

## **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

### **QUESTÃO 4**

Demonstre a relação entre os princípios do acesso à justiça e da duração razoável do processo e a tutela provisória, prevista no CPC, em suas diversas modalidades.

## **DIREITO TRIBUTÁRIO**

### **QUESTÃO 5**

Discorra sobre as peculiaridades do instituto da prescrição no âmbito do Direito Tributário, relacionando-o, inclusive, com o da decadência tributária e da prescrição intercorrente.